



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Projeto de Lei Nº 1.624, DE 2022

Apensado: PL nº 3.150/2023

Altera a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 14.176 de 22 de junho de 2021, para estabelecer critério de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada e parâmetros para avaliação social por videoconferência.

Autor: Deputado IVAN VALENTE

Relator: Deputado DAVID SOARES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.624, de 2022, proposto pelo Deputado Ivan Valente, busca fazer alterações na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – Loas), e na Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021, com o objetivo de revisar critérios de acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) e estabelecer parâmetros para avaliação social por videoconferência.

O projeto propõe que o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício seja de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo em qualquer hipótese.

Para o autor, o critério legal vigente coloca questões fiscais e orçamentárias acima da dignidade das pessoas. Ressalta que as mudanças promovidas pela Lei nº 14.176, de 2021, trouxeram retrocessos e inconstitucionalidades, particularmente em relação ao critério de renda para acesso ao BPC. O projeto argumenta que o critério de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo per capita não é compatível com o comando constitucional de garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e à pessoa idosa que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção. Além disso, o projeto destaca que a aplicação de critérios médios para avaliação social não considera a avaliação contextual da deficiência e as barreiras que podem obstruir a participação social das pessoas com deficiência.

Pretende-se, ainda, a revogação do § 1º do art. 26 da Lei nº 8.742, de 1993, que permite que o Poder Executivo federal compatibilize o quantitativo de benefícios financeiros do auxílio-inclusão com as dotações orçamentárias existentes.

Para o autor, se o auxílio-inclusão é uma forma de compensação às pessoas com deficiência pelos maiores custos inerentes ao ingresso e permanência no mercado de trabalho,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

não haveria real incentivo caso o auxílio-inclusão pudesse ser suprimido a qualquer momento. Além disso, do ponto de vista financeiro tal dispositivo se sustentaria, pois, na substituição no BPC pelo auxílio-inclusão, haveria redução do benefício devido em 50%.

Por fim, pretende-se que limitar a utilização de videoconferência na avaliação social componente da avaliação da deficiência para acesso ao BPC. Para o autor, esse tipo de avaliação não pode se dar de forma indiscriminada, pois o direito das pessoas com deficiência “não pode ficar condicionado a provável incompreensão das condições reais em que se encontram em função do não comparecimento dos servidores responsáveis às moradias dos requerentes e arredores.” Dessa forma, propõe-se que a videoconferência seja aplicada conforme os critérios de adequação e necessidade excepcionais da medida, mediante decisão fundamentada por equipe multiprofissional e multidisciplinar.

Apensado ao principal, o Projeto de Lei nº 3.150, de 2023, apresentado pelo Deputado Reginaldo Lopes, tem como objetivo modificar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a fim de proporcionar um acesso mais amplo e digno ao BPC para pessoas em situação de vulnerabilidade.

O projeto busca aumentar o limite de renda para acesso ao BPC, de 1/4 do salário mínimo, para 75% do salário mínimo. Além disso, acrescenta um novo parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.742, para permitir que o responsável legal de uma pessoa com deficiência possa ser beneficiário do BPC, desde que se qualifique como cuidador ou cuidadora exclusivo e comprove a necessidade de cuidado integral do dependente por meio de laudo médico, além de demonstrar a ausência de renda própria.

A justificação do projeto enfatiza a importância do BPC como política pública de inclusão social para pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade. Alega-se que o limite de renda atual, correspondente a ¼ (um quarto) do salário mínimo, é muito baixo e deixa muitas pessoas em pobreza extrema sem acesso ao benefício. A proposta de aumentar o limite para 75% do salário mínimo visa proporcionar uma renda mínima que contribua para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. O projeto argumenta que essa medida contribuiria para alcançar a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica.

As proposições tramitam em regime ordinário e foram distribuídas, para apreciação conclusiva, às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno).

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas às proposições.

É o Relatório.



Anexo IV – Gabinete 741 – Tels: (61) 3215.5741 / 3215-3741 - CEP 70.160-900

Brasília - DF - e-mail: dep.davidsoares@camara.leg.br
Para verificar a assinatura, acesse <https://ltda.camara.leg.br/verifica-assinatura>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares





II - VOTO do Relator

O benefício de prestação continuada – BPC é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Terão direito a esse benefício financeiro a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. Esse limite de 1/4 (um quarto) do salário mínimo poderá ser ampliado para ½ (meio) salário mínimo, conforme o grau da deficiência, a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária e o comprometimento do orçamento do núcleo familiar exclusivamente com gastos médicos, com tratamentos de saúde, com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo SuS, desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida.

O Projeto de Lei nº 1.624, de 2022, e o Projeto de Lei nº 3.150, de 2023, pretendem modificar o critério de renda para acesso ao BPC para ½ e 75% do salário mínimo per capita, respectivamente, independentemente do grau da deficiência, da dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária e do comprometimento do orçamento do núcleo familiar com referidos gastos.

O BPC representa um importante instrumento de inclusão e proteção social para pessoas com deficiência e idosas que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. A essência desse benefício é assegurar a essas pessoas um salário mínimo mensal, garantindo-lhes uma existência digna e minimizando os desafios decorrentes das limitações impostas pela idade ou pela deficiência. Os Projetos de Lei nº 1.624, de 2022, e nº 3.150, de 2023, que buscam alterar o critério de renda para acesso ao benefício, trazem à tona a necessidade de aprimorar a política assistencial em favor daqueles que mais precisam.

O BPC tem sua base na Constituição Federal, que reconhece a necessidade de assegurar a dignidade e a subsistência de pessoas idosas e com deficiência que não possuem condições de prover sua própria manutenção ou tê-la provida por sua família (artigo 203, inciso V). Essa garantia visa a atender a um princípio fundamental da assistência social: a manutenção de condições mínimas de dignidade às pessoas idosas e com deficiência, independentemente do histórico contributivo, que é relevante apenas para a concessão de benefícios previdenciários.

A adoção de um critério de renda mais abrangente é um passo significativo rumo à concretização dos objetivos traçados na Constituição e na própria Lei Orgânica da Assistência Social. O constituinte optou por delegar ao legislador a definição do critério de acesso ao BPC, mas a liberdade conferida não é absoluta. O caput do art. 203 deixa claro que os benefícios e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

Apresentação: 18/09/2023 17:25:26.367 - CÍDOSO
PRL 2 CÍDOSO => PL 1624/2022

PRL n.2

serviços da assistência social, inclusive o BPC, serão devidos a quem deles necessitar. De forma harmônica, seu inciso V dispõe que o legislador deverá observar que o BPC será destinado às pessoas com deficiência e idosas que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Na Lei Orgânica da Assistência Social, por sua vez, a proteção à velhice, por meio da proteção social, com vistas à garantia da vida, redução de danos e prevenção da incidência de riscos, está entre seus objetivos.

O limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo per capita é excessivamente baixo, mesmo para pessoas sem elevada dependência de terceiros ou alto comprometimento do orçamento familiar com despesas relativas à preservação da saúde e da vida. O aumento do limite de renda do BPC ampliará o acesso de pessoas idosas e com deficiência a essa importante rede de proteção social. Em especial, em relação às pessoas idosas, cumpre ressaltar que, embora relevantes os gastos relativos a tratamentos médicos, em razão das doenças crônico-degenerativas dessa faixa etária, há muitos outros gastos significativos.

Tais despesas corroem o poder de compra das famílias com pessoas idosas. Em estudo realizado com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), constatou-se que, além dos gastos com produtos médicos e com medicamentos, que de fato são significativos, há diversos outros gastos relevantes na faixa de até dois salários mínimos de renda, como comunicação e transporte (15,12% e 9,75% para homens e mulheres), alimentação fora de casa (14,54% e 7,36%), gastos pessoais (7,59% e 10,98%), entre outros.

Embora o valor do salário mínimo seja, em tese, suficiente para as despesas fundamentais de uma família, o fato é que seu valor, atualmente fixado em R\$ 1.320,00, notoriamente não é capaz para atender todas essas despesas. Nesse sentido, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, o valor que efetivamente cobriria as despesas previstas na Constituição, como gastos com moradia, alimentação e transporte, corresponde a R\$ 6.528,93, o equivalente a 4,95 vezes o valor definido em lei.

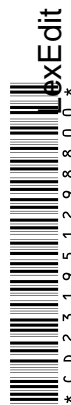
Dessa forma, estamos de acordo com a eliminação, em qualquer hipótese, do critério de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo para acesso ao BPC. Nesse sentido, cumpre ressaltar, na linha do Projeto de Lei nº 1.624, de 2022, que, no Recurso Extraordinário nº 567.985, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a adoção do critério de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo passou por um “processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro).” Ainda que o critério julgado não tenha sido o mesmo vigente atualmente, uma vez que, na época daquele julgado, não existia autorização legal para aumento do critério para $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo em certas hipóteses, pensamos



Anexo IV – Gabinete 741 – Tels: (61) 3215.5741 / 3215-3741 - CEP 70.160-900

Para verificar a assinatura, acesse <https://ltda.camara.gov.br/verifica-assinatura>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares

Brasília - DF e-mail: dep.davidsoares@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

que é preciso avançar na direção de uma proteção social mais efetiva dos beneficiários do BPC.

A alternativa proposta pelo Projeto de Lei nº 1.624, de 2022, de ½ (meio) salário mínimo per capita, parece-nos mais factível que o critério de 75% do salário mínimo per capita proposto pelo Projeto de Lei nº 3.150, de 2023. Ainda que estejamos de acordo com a maior expansão possível do BPC, não custa lembrar as dificuldades para a adoção de critérios mais favoráveis aos requerentes. Nesse sentido, na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 662, o Ministro Gilmar Mendes determinou a suspensão da eficácia do art. 20, § 3º, da Lei 8.742, com redação dada pela Lei 13.981, de 24 de março de 2020, que havia determinado a aplicação do critério de ½ (meio) salário mínimo per capita, enquanto não sobrevier a implementação das condicionantes fiscais e orçamentárias pertinentes.

No tocante aos dispositivos relativos exclusivamente à pessoa com deficiência (§ 1º do art. 26-G da Lei nº 8.742, de 1993, art. 3º da Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021, e concessão de BPC ao responsável legal de pessoa com deficiência), deixamos de nos manifestar, em respeito à delimitação de competência regimental desta Comissão.

Pelo exposto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 1.624, de 2022, e nº 3.150, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de setembro de 2023.

Deputado DAVID SOARES
Relator

Apresentação: 18/09/2023 17:25:26.367 - CIDOSO
PRL 2 CIDOSO => PL 1624/2022

PRL n.2





Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

SUBSTITUTIVO aos projetos de lei nº 1.624, de 2022, e nº 3.150, de 2023

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021, para: fixar em $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo a renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada (BPC); prever a concessão do benefício a responsável legal de pessoa com deficiência que se qualifique como cuidadora ou cuidador exclusivo; dispor que a avaliação social da deficiência para acesso, manutenção e revisão do BPC por meio de videoconferência fique condicionado à análise dos critérios de adequação e necessidade excepcionais da medida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

20.....
.....

§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo.

.....

§ 16. Poderá ser beneficiário do benefício instituído no caput o responsável legal de pessoa com deficiência que se qualifique como cuidadora ou cuidador exclusivo, diante da comprovação por laudo médico da necessidade de cuidado integral do seu dependente e da prova do não auferimento de renda própria.

.....” (NR)

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 3º da Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021 e acrescido do seguinte § 4º:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado David Soares - União Brasil/SP

“Art. 3º Para avaliação da deficiência que justifica o acesso, a manutenção e a revisão do benefício de prestação continuada de que trata o [art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), fica o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) autorizado a adotar as seguintes medidas, até 31 de dezembro de 2027.

§ 4º A aplicação do disposto no inciso I do caput deste artigo fica condicionada à análise dos critérios de adequação e necessidade excepcionais da medida, mediante decisão fundamentada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, na forma do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.” (NR)

Art. 3º Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993:

a) § 11-A do art. 20;

b) art. 20-B;

c) § 1º do art. 26-G;

II – o inciso II do caput e o § 1º do art. 3º da Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DAVID SOARES

Relator

Apresentação: 18/09/2023 17:25:26.367 - CÍDOSO
PRL 2 CÍDOSO => PL 1624/2022

PRL n.2

